

deve ler-se:

«11.4 — [...]

Conhecimentos específicos:

a) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, na sua versão atualizada e Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, na sua versão atualizada), e respetivos regulamentos (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada e Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de janeiro, na sua versão atualizada);»

28 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
207591178

#### Declaração de retificação n.º 135/2014

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo despacho normativo n.º 35-A/2008, de 28 de julho, revisto e republicado pelo Despacho normativo n.º 13/2009, de 19 de março, declara-se que o aviso n.º 363/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2014, que torna pública a abertura de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, para preenchimento de três postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça — referência PCTS 16/DSJCJI/DAJ/DIR/2013, saiu com a seguinte inexactidão que assim se retifica:

Onde se lê:

«11.4 — [...] Conhecimentos Específicos [...];

g) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais — LOFTJ (Lei n.º 3/99, de 19 de janeiro, na sua versão atualizada). O presente diploma bem como o respetivo regulamento (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada) foram revogados pela Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, que aprova a nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Deverá ser consultado o artigo 187.º do referido diploma, na sua versão atualizada, relativamente à sua aplicação faseada em todo o território nacional.»

deve ler-se:

«11.4 — [...] Conhecimentos Específicos [...];

g) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, na sua versão atualizada e Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, na sua versão atualizada), e respetivos regulamentos (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada e Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de janeiro, na sua versão atualizada);»

28 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
207591737

#### Declaração de retificação n.º 136/2014

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo despacho normativo n.º 35-A/2008, de 28 de julho, revisto e republicado pelo despacho normativo n.º 13/2009, de 19 de março, declara-se que o aviso n.º 295/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2014, que torna pública a abertura de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, para preenchimento de três postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça — Referência PCTS 9/DSJCJI/DPO/DIR/2013, saiu com a seguinte inexactidão que assim se retifica:

Onde se lê:

«11.5 — [...] Conhecimentos Específicos [...];

d) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais — LOFTJ (Lei n.º 3/99 de 19/01) na sua versão atualizada).

O presente diploma bem como o respetivo regulamento (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada) foram revogados pela Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, que aprova a nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Deverá ser consultado o artigo 187.º do referido diploma, na sua versão atualizada, relativamente à sua aplicação faseada em todo o território nacional.»

deve ler-se:

«11.5 — [...] Conhecimentos Específicos [...];

d) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, na sua versão atualizada e Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, na sua versão atualizada), e respetivos regulamentos (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua

versão atualizada e Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de janeiro, na sua versão atualizada);»

28 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
207590919

#### Declaração de retificação n.º 137/2014

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo despacho normativo n.º 35-A/2008, de 28 de julho, revisto e republicado pelo despacho normativo n.º 13/2009, de 19 de março, declara-se que o aviso n.º 365/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2014, que torna pública a abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça — referência PCTS 12/DSJCJI/DAG/GES/2013, saiu com a seguinte inexactidão que assim se retifica:

Onde se lê:

«11.4 — [...] Conhecimentos específicos [...]

a) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais — LOFTJ (Lei n.º 3/99, de 19 de janeiro, na sua versão atualizada); O presente diploma bem como o respetivo regulamento (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada) foram revogados pela Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, que aprova a nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Deverá ser consultado o artigo 187.º do referido diploma, na sua versão atualizada, relativamente à sua aplicação faseada em todo o território nacional.»

deve ler-se:

«11.4 — [...] Conhecimentos específicos [...]

a) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, na sua versão atualizada e Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, na sua versão atualizada), e respetivos regulamentos (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada e Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de janeiro, na sua versão atualizada);»

28 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
207591031

#### Declaração de retificação n.º 138/2014

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 35-A/2008, de 28 de julho, revisto e republicado pelo Despacho Normativo n.º 13/2009, de 19 de março, declara-se que o aviso n.º 293/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2014, que torna pública a abertura de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça — referência PCTS 8/DSJCJI/DPO/GEO/2013, saiu com a seguinte inexactidão que assim se retifica:

Onde se lê:

«11.5 — [...] Conhecimentos Específicos [...];

d) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais — LOFTJ (Lei n.º 3/99 de 19 de janeiro, na sua versão atualizada). O presente diploma bem como o respetivo regulamento (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada) foram revogados pela Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, que aprova a nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Deverá ser consultado o artigo 187.º do referido diploma, na sua versão atualizada, relativamente à sua aplicação faseada em todo o território nacional.»

deve ler-se:

«11.5 — [...] Conhecimentos específicos [...];

d) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, na sua versão atualizada e Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, na sua versão atualizada), e respetivos regulamentos (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada e Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de janeiro, na sua versão atualizada);»

28 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
207590798

#### Despacho (extrato) n.º 2275/2014

Por meu despacho de 30 de janeiro de 2014:

Ana Lúcia Loureiro de Abrantes, Escrivã Auxiliar da secretaria do Tribunal de Comarca e do Tribunal de Família e de Menores de Vila